

## EDUCADORES AMBIENTAIS CRÍTICOS DO IFPE: UMA EXPERIÊNCIA COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO SIQUEIRA – RIO FORMOSO – PE<sup>1</sup>

Marcos Moraes Valença; Rodolfo Jorge Bezerra

Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global; Graduando em Gestão Ambiental

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife*

### Introdução

Não é novo afirmar que a ciência moderna ocidental é reconhecida socialmente como um conhecimento absoluto, superior a outros conhecimentos e saberes, e se posiciona como o único detentor da verdade, oriundo da produção eurocêntrica do conhecimento no sistema-mundo. Esse comportamento expresso pela ciência ainda é mantido na contemporaneidade devido à colonialidade que produz, sob o seu comando: a hierarquização, inferiorização e subalternização de grupos sociais com os seus respectivos saberes.

Para contribuir com essa premissa do padrão global, esse sistema produz intencionalmente a invisibilização e exclusão de grupos sociais com suas culturas, práticas e saberes. Grupos que na escala hierárquica do sistema-mundi posicionam-se no Sul Global, na periferia, no entorno, pois o mundo é planejado e comandado pelo homem branco, europeu, heterossexual, cristão, e o que for diferente desse padrão passa a ser o Outro.

Nessa perspectiva, esse outro, o não europeu, deve possuir como meta atingir o ponto máximo civilizatório: tornar-se europeu, sair da condição de “primitivo” para a de “civilizado”, num processo linear de “evolução”.

Como um dos objetivos para combater essa invisibilização desse Outro, Boaventura de Souza Santos (2003) nos apresenta a sociologia das ausências e das emergências, ecologia de saberes e justiça cognitiva, que iremos abordar a seguir.

Fazemos parte de um processo de formação de educadores ambientais<sup>2</sup> no curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e no curso de Licenciatura em Geografia. No primeiro, trabalhamos com a disciplina de Projeto Interdisciplinar de Proteção Ambiental; no segundo, Estratégias de Educação Ambiental.

Acreditamos que o educador ambiental, em seu processo de formação, precisa conhecer e aprender, de forma crítica, com a diversidade social, ambiental e cultural.

Segundo Kabengele Munanga:

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades: os povos indígenas de diversas origens étnicas, os europeus de diversas origens étnicas, os africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturais, os orientais de diferentes origens, todos, sem exceção, deram suas notáveis contribuições para a formação do povo

<sup>1</sup> Originado a partir do trabalho para o componente curricular Projeto Interdisciplinar de Proteção Ambiental com base no grupo de pesquisa “Epistemologias alternativas, movimentos sociais, cultura, educação e meio ambiente” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

<sup>2</sup> Um dos autores é educador e o outro, educando no curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

brasileiro, para a construção de sua cultura e de sua identidade plural. (MUNANGA, 2010: 47)

Nesse contexto de diversidade cultural e socioambiental, os movimentos sociais possibilitam uma rica troca de experiências. Dentre esses movimentos sociais, destacamos o movimento quilombola.

Sabemos que os movimentos sociais lutam por causas sociais e seus respectivos direitos. O movimento quilombola volta-se a uma questão central: a terra. Ao lutar por terra, paralelamente está-se reivindicando por produção, trabalho, educação, saúde, cultura. Ou seja, trata-se de uma luta, sobretudo, socioambiental. Roseli Caldart, pesquisadora sobre os movimentos sociais, apresenta a seguinte afirmação:

Lutar pela terra é lutar pela vida em sentido direto, literal, sem mediações. A terra que se quer conquistar é, ao mesmo tempo, o lugar de trabalhar, de produzir, de morar, de viver e de morrer (*voltar à terra*), e também de cultivar os mortos, principalmente aqueles feitos na própria luta para conquistá-la. (CALDART, 2004: 354)

Ao fazermos parte do processo de formação de educadores ambientais consideramos essencial promover o contato entre os educandos e os sujeitos dos movimentos sociais, excluídos na hierarquia social e cultural e invisibilizados, apesar de possuidores de saberes e epistemologias próprias. A cultura quilombola passou a ser estudada e vivenciada pelos educandos de Gestão Ambiental, assim como pelos educandos de Licenciatura em Geografia.

Daí, perguntamos: Por que ultrapassar os muros escolares e levar educandos de gestão ambiental a um quilombo? O que contribui para a formação de um educador ambiental conhecer uma cultura quilombola? Qual a importância de promover o contato com esse sujeito invisibilizado e excluído socialmente e culturalmente?

**Hipótese:** Acreditamos que o contato entre culturas distintas e distantes, como um espaço de educação formal, como o IFPE, e uma comunidade quilombola como o quilombo Siqueira – Rio Formoso-PE, através da ecologia dos saberes, possibilita um processo de formação crítica de educação ambiental.

#### **Objetivos:**

Analisar a educação ambiental crítica no processo de formação dos educandos;

Analisar a importância de promover, através do diálogo intercultural, a troca de saberes com comunidade quilombola para a formação do educador ambiental;

Analisar a efetivação da ecologia de saberes no processo de formação dos educadores ambientais.

#### **Ecologia de saberes e justiça cognitiva na formação de educadores ambientais**

Destaque-se que dentro dessa discussão sobre a continuidade do processo de colonização e dominação entre grupos sociais nos dias presentes, Maria Paula Meneses, aborda sobre a colonização epistêmica e revela o seu teor discriminatório e excludente:

Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação. Os grupos identitários considerados inferiores, ou seja, os que estão nos

escalões mais baixos da hierarquia etno-racial estão normalmente associados a imagem e representações negativas. (MENESES, 2003:72)

A ciência moderna ocidental se apresenta com um exclusivismo epistemológico, como uma monocultura do saber que gerou hierarquias epistêmicas e sociais, subalternizando grupos sociais, produzindo violências e destruições e aniquilando culturas seculares, ricas na diversidade e nos múltiplos significados. Genocídios e *epistemicídios* (Santos, 2006) se proliferaram no Norte e Sul Global. Repensar a forma pela qual a ciência moderna se relaciona epistemologicamente com os conhecimentos não científicos possibilita a produção da ecologia dos saberes.

A ecologia dos saberes:

É um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegmonica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstracto, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes. (SANTOS, 2006 :154)

A ecologia de saberes possibilita a produção de uma justiça cognitiva e social e para a sua existência faz-se necessário o diálogo e o respeito à diversidade de culturas distintas que juntas, em tal processo, contribuem para emancipações sociais. Discutir a respeito da ecologia de saberes é afirmar que se trata da epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva.

Justiça cognitiva é um ato de relacionar-se, gerando respeito entre os distintos saberes, oriundos de contextos diversos, desconsiderando privilégios, hierarquias e desigualdades. “O conceito de justiça cognitiva assenta exactamente na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo academico à diversidade epistémica no mundo” (MENESES, 2009: 235).

Segundo Valença (2015):

Considero de suma importância enfatizar o subalterno como possuidor de saberes resistentes, oriundos de sua trajetória e condição de oprimido e excluído. Saberes produzidos nesse caminho. Saberes, portanto, relevantes em um diálogo com outros saberes. Mas com isso não quero considerá-lo como o detentor do maior dos saberes, apenas retirá-lo da condição de inferiorização e desprezo a qual lhe é imposta e chamar a atenção de que pode contribuir para uma melhor compreensão da realidade. (VALENÇA, 2015: 25)

Paulo Freire (1987) afirma que no processo de opressão o oprimido (subalterno) pode se desvincular dessa opressão, através do processo de desalienação. Ao referir-se ao conhecimento dos camponeses – que ele chama de natureza “experencial” – o educador sublinha que este conhecimento está condicionado:

Suas atitudes, por exemplo, em face da erosão, do reflorestamento, da sementeira, da colheita, têm que ver (precisamente porque se constituem em uma estrutura e não no ar) com suas atitudes com relação ao culto religioso, ao culto dos mortos, à enfermidade dos animais e à sua cura, contidas estas manifestações todas em sua totalidade cultural. Como estrutura, esta totalidade cultural reage globalmente. Uma de suas partes afetada provoca um automático reflexo nas demais. (FREIRE, 1987: 34)

A partir dessas discussões, apresentaremos o processo de formação de educadores ambientais onde esse encontro entre saberes da ciência moderna ocidental com os saberes dos quilombolas é provocado com o intuito de produzir a ecologia de saberes.

### **Educação ambiental: processo de formação que ultrapassa os muros escolares**

Posicionamo-nos a favor de uma Educação Ambiental crítico-transformadora que dialoga e respeita a diversidade cultural, social, econômica e epistemológica.

Ao se referir à educação ambiental crítica, Carlos Loureiro apresenta a seguinte afirmação:

A sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza (LOUREIRO, 67)

Nesse processo de intervenção da realidade, quando os educandos são levados a um quilombo, eles passam a compreender melhor a aproximação do Homem à Natureza, o significado de vida em coletividade, a complexidade do meio ambiente etc.

Os educandos de Gestão Ambiental participam de um processo de formação que vai além dos muros da escola, numa perspectiva crítica, como afirma Mauro Guimarães:

Um caminho percebido por esta perspectiva crítica é o da ampliação do ambiente educativo para além dos muros da escola superando a fragmentação e a dualidade que tradicionalmente não se complementam entre educação formal (escolar) e não-formal. É o processo educativo de a escola estar integrada, interagindo com os movimentos externos a ela, presentes nas comunidades. Isso se contextualiza no processo formativo das ações cotidianas de constituição da realidade próxima, local, na comunidade à qual a escola está inserida, mas sem perder o sentido que esta realidade próxima é influenciada e influi na constituição da realidade global. (GUIMARÃES, 91)

Antes dos educandos intervirem na realidade, vão participando do processo de construção do conhecimento, compreendendo que a realidade é bastante complexa, que o contexto do meio ambiente ultrapassa a compreensão fragmentada que é passada e passam a estudar sobre o quilombo, compreender sobre a questão fundiária, a resistência dos quilombos no processo de luta e sua relação com o meio ambiente. Todo o processo de intervenção é dialogado com a comunidade, onde a comunidade quilombola sugerem temas para que os educandos de Gestão Ambiental e de Licenciatura em Geografia trabalhem com eles, tais como: resíduos sólidos e manguezal, com as crianças da escola localizada no quilombo; a relação do jovem com a vida quilombola.

### **Análise de resultados**

Um exemplo dessa relação da academia com uma comunidade tradicional vem ocorrendo, no processo de formação crítica em educação ambiental, entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife e Comunidade Quilombola Engenho Siqueira, situada no município de Rio Formoso, Pernambuco. Os graduandos em Tecnologia em Gestão Ambiental e os de Licenciatura em Geografia vêm executando atividades de intervenção junto com essa comunidade tradicional como forma de estreitar relações e produzir frutos para ambos os atores.

A princípio, essas atividades, iniciadas em meados de junho de 2015, eram realizadas apenas pelos discentes do curso de graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPE,

*campus* Recife, juntamente com o professor e orientador Marcos Valença. Durante este último semestre, as atividades realizadas junto com a comunidade quilombola começaram a ter outras visões e outras vertentes a serem exploradas, isso porque os discentes do curso de Licenciatura em Geografia, o docente do curso superior de Turismo, Rodrigo Ataíde, e a docente Ana Alice do IFPE *campus* Barreiros, começaram a integrar o grupo de intervenção de atividades na comunidade quilombola.

A geração de renda se tornou o eixo principal dessa discussão, onde os jovens informavam que na região a oportunidade de empregos era escassa, logo o docente Rodrigo Ataíde, juntamente com os demais envolvidos, desenvolveu uma atividade com os jovens que apresentou um grande potencial econômico da região, seja através da sua beleza natural, cultura, gastronomia ou atividades recorrentes na região, como festas e encontros de jovens. Além desse tema, outros três temas foram trabalhados com as crianças da comunidade: manguezal, identidade cultural e limpeza da bica. Esta bica é um local de acesso à água para a comunidade para diversos afazeres do dia a dia, porém devido ao mal cuidado do local e disposição indevida de resíduos sólidos, a utilização dessa bica começou a se tornar inviável, então surgiu a necessidade de se discutir a proteção dessa área e atentar a necessidade desse recurso natural tão precioso que é a água.

No dia 5 de junho de 2016, Dia do Meio Ambiente, foi realizada a segunda limpeza das praias de Rio Formoso, atividade iniciada e liderada pela comunidade quilombola e com o apoio de associações locais, secretarias municipais e o Instituto Federal de Pernambuco, *campus* Recife. O docente Marcos Valença juntamente com os discentes de Gestão Ambiental e Licenciatura em Geografia, participaram ativamente na limpeza da praia e na educação ambiental junto com os demais participantes. Essa atividade integrou ainda mais esse laço academia x comunidade que já havia sido iniciada há um ano e meio, trazendo, para ambas as partes, conhecimento, oportunidades e respeito com o outro.

O envolvimento de educandos de Gestão Ambiental e de Licenciatura em Geografia junto à comunidade quilombola gerou algumas reflexões significativas no processo de formação de um educador ambiental. Como educando, sua participação gera um conhecimento prático, de vivência, de exploração desta realidade agregando valor cultural, educacional e cognitiva. Outro grande aspecto envolvido nesse contexto é a troca de saberes entre educando e a comunidade quilombola, onde há uma mútua experiência e pontos de vista entre quem está ensinando e quem está aprendendo. Nesse caso específico, destaque-se o Museu Quilombola, fundado e mantido pelo quilombola Moacir, que apresenta, através de vários pertences encontrados na comunidade, um pouco da história da comunidade quilombola, seus antepassados, sua cultura e seus valores. Trata-se de um conhecimento que não se adquire em livros ou bibliotecas e sim através desse envolvimento entre academia e comunidades tradicionais afro-brasileiras.

O contato entre esse atores sociais trazem benefícios mútuos bastante significativos. Entender o outro, entender sua realidade, seu cotidiano, sua cultura, usos e costumes, sua forma de enxergar o meio ambiente e aquilo que o cerca, promove a troca de saberes, o conhecer e respeitar a cultura alheia e transformar o meio ambiente de forma sustentável. Aproximar os povos é gerar a visibilização e excluir as diferenças.

## **Considerações Finais**

Destacamos a efetivação de uma educação ambiental crítica por proporcionar aos educandos conhecer e transformar a realidade quilombola ao estudarem sobre a realidade daqueles sujeitos, a resistência, a terra, os problemas socioambientais; ao ministrarem aulas na escola quilombola, discutindo temas socioambientais, como manguezal e resíduos sólidos; a dialogarem com os jovens e adolescentes sobre o seu pertencimento naquela vida de campo e ao participarem de uma ação de educação ambiental, limpando uma praia, junto com a comunidade local.

Destacamos a visibilização da comunidade quilombola e seus sujeitos e o diálogo intercultural entre educandos e educadores do IFPE com os quilombolas do quilombo Siqueira que proporcionou a construção de um conhecimento bem mais próximo da realidade complexa.

Por fim, identificamos a efetivação da ecologia de saberes, onde os sujeitos e a epistemologia quilombola foram respeitados, contribuindo significativamente à formação dos educandos, assim como para a comunidade quilombola.

### **Referências Bibliográficas**

CALDART, R. S. (2004). **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expresso Popular.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 13ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: participação para além dos muros da escola**. in: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios** in: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007.

MENESES, M. P. «Agentes do conhecimento?. A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique», in: Santos, B. S. (org.), **Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003, 717-734.

MENESES, M. P. «Justiça Cognitiva», in: António Cattani, Jean Louis Laville, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009, 231-236.

MUNANGA, K. **Educação e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Cadernos Penesb, 2010.

SANTOS, B. S. «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», in: Boaventura de Sousa Santos (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003, 735-775.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.

VALENÇA, M. M. **Ecologia de saberes e justiça cognitiva: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução?** Tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Universidade de Coimbra, 2014.